EDITAL n. º 1584/2026

Seleção pública destinada a acadêmicos de pós-graduação em Direito de instituições de ensino regularmente conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 48/2021, torna público que estarão abertas as inscrições para a seleção pública de **estagiários de pós-graduação em Direito**, na submodalidade bolsista, nos termos deste Edital.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1. O processo seletivo realizar-se-á para a seleção de estudantes de pós-graduação em Direito para atuação na 1ª Promotoria de Justiça de Manga e na 2ª Promotoria de Justiça de Manga.

2. São pré-requisitos para a nomeação do candidato aprovado neste processo seletivo:

a) Ser bacharel em Direito;
b) Ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio;
c) Estar regularmente matriculado e em curso de pós-graduação compatível com as atividades a serem desempenhadas na unidade de destino;
d) Ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, para jornada REMOTA.
e) Ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
f) Apresentar requerimento de inativação perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
g) Não ter exercido, anteriormente, o total de 2 (dois) anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
h) Estar apto a cumprir pelo menos 6 (seis) meses de atividades de estágio, levando-se em consideração o disposto no artigo 11 e no §1º do artigo 59 da Resolução PGJ nº 48/2021;
i) Não possuir qualquer registro que o desabone junto a órgão policiais ou do Poder Judiciário**.**

3. **Questões relacionadas à segurança institucional poderão justificar a realização de diligências destinadas à verificação da vida pregressa e da conduta social do candidato.**

4. As informações referentes a este processo seletivo serão divulgadas no Portal do MPMG, pelo endereço eletrônico: https://ceaf.mpmg.mp.br/estagio-e-residencia/

II – DA OFERTA DE VAGAS:

1. A seleção pública regulada por este Edital se destina a formação de cadastro reserva para a 1ª Promotoria de Justiça de Manga e formação de cadastro reserva para a 2ª Promotoria de Justiça de Manga, observando-se, para a classificação, o disposto no capítulo VI deste Edital.

2. Fica reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo às pessoas com deficiência que, no momento da inscrição, declararem tal condição, desde que as atribuições sejam compatíveis com as necessidades específicas do candidato com deficiência.

2.1. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá encaminhar, dentro do período da inscrição, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e laudo médico que indique a espécie e o grau ou nível da deficiência, com referência expressa ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e à causa da deficiência, devendo constar, ainda, que a condição se enquadra nas hipóteses previstas no art. 4º, e incisos, do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações.

2.2. O laudo deverá ter sido expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses anteriores ao término das inscrições, exceto nos casos de deficiência permanente ou congênita, em que será admitido laudo sem limitação temporal, desde que contenha informações suficientes para a plena caracterização da deficiência.

2.3. A Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos – DECA poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação da condição de deficiência por meio de avaliação realizada pelo Departamento de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional – DPMSO do MPMG, especialmente quando houver dúvida quanto ao enquadramento da condição declarada.

2.4. Quando a prova constar entre os critérios de seleção, o candidato com deficiência poderá requerer, até o último dia da inscrição, a majoração do tempo ou a adoção de outra condição necessária para a sua realização.”

2.5. Ressalvada a hipótese do item 2.4, o candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

2.6. O não atendimento às disposições desta seção implicará o indeferimento da solicitação de inscrição para vagas reservadas à pessoa com deficiência, permanecendo o candidato inscrito apenas para as vagas de ampla concorrência.

3. Fica reservado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas que surgirem durante a validade deste processo seletivo aos candidatos que se declararem negros e se enquadrarem nos parâmetros das regras de preenchimento de vagas reservadas a candidatos negros, observando-se, precipuamente, o objetivo da política de ação afirmativa de inclusão social.

3.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, civis e penais.

3.3. O candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros submeter-se-á a uma comissão de avaliação, que emitirá parecer quanto à veracidade e correção da autodeclaração prestada no ato da inscrição, quanto à condição de pessoa preta ou parda e ao fenótipo do candidato.

4. A convocação de candidatos classificados obedecerá, a cada 10 (dez) candidatos, à seguinte ordem:

a) O primeiro, o segundo, o quinto, o oitavo, o nono e o décimo candidatos serão admitidos da lista de ampla concorrência;
b) O sexto candidato será admitido da lista de candidatos com deficiência;
c) O terceiro, o quarto e o sétimo candidatos serão admitidos da lista de candidatos negros.

5. Os candidatos com deficiência ou negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação na seleção, sendo que:

a) Os candidatos com deficiência ou negros, aprovados dentro do número de vagas oferecido para a ampla concorrência, não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas;
b) Na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato classificado na posição imediatamente posterior;
c) Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos com deficiência ou negros aprovados para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. Após o prazo de inscrição, fica proibida qualquer inclusão ou exclusão de candidato das listas de pessoa com deficiência ou negros.

7. Os candidatos com deficiência ou negros participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima para aprovação exigida aos demais candidatos, em todas as etapas.

III – DO ESTÁGIO:

1. A jornada do estágio será de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, com disponibilidade para cumprimento da jornada de forma remota, no horário das 12h às 18h.

2. Fica assegurado ao estudante, integrante do programa de estágio do MPMG:

a) A realização do estágio em áreas cujas atividades sejam correlatas ao seu curso de formação;
b) O recebimento da bolsa-estágio mensal, no valor de R$ 1.850,00 (mil, oitocentos e cinquenta reais);

c) A concessão de auxílio-transporte no valor de R$ 18,00 (dezoito reais) por dia estagiado presencialmente;
d) A concessão de seguro contra acidentes pessoais;
e) O recesso remunerado de 30 (trinta) dias anuais, nos termos da Resolução PGJ nº 48/2021.

IV – DAS INSCRIÇÕES

1. Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento da Resolução PGJ nº 48/2021 e do presente Edital.

2. O MPMG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou por quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

3. O estudante interessado deverá preencher o formulário de inscrição disponível no endereço eletrônico Edital 1584/2026 - 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Manga (Pós-Graduação) – Preencher o formulário**, no período de 05/11/2026 a 11/11/2026.**

3.1. A confirmação da inscrição será encaminhada ao candidato, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), imediatamente após o correto preenchimento do formulário eletrônico.

3.2. Além de preencher o formulário do item 3, o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas aos negros deverá enviar, até o último dia do prazo de inscrição, a autodeclaração disponibilizada no Portal do MPMG (Modelo de autodeclaracao racial.pdf), devidamente preenchida, assinada e em formato PDF, sob pena de desconsideração do documento, para o e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, devendo o assunto do e-mail conter explicitamente o número do edital ao qual o candidato está concorrendo, sendo o documento válido exclusivamente para esse edital.

4. É de responsabilidade do candidato informar corretamente os dados pessoais e escolares.

5. Caso declare algum dado incorreto, o candidato poderá atualizar a informação, enviando um novo formulário de inscrição.

6. Caso o candidato encaminhe mais de um formulário de inscrição, será considerado o último envio dentro do período de inscrição determinado neste Edital.

7. Caso haja alteração de e-mail, telefone ou dados curriculares informados no ato de inscrição, é de responsabilidade do candidato mantê-los atualizados, mediante comunicação ao e-mail estagio-inscricao@mpmg.mp.br, a fim de viabilizar os contatos necessários.

8. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

9. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição implicará a eliminação do candidato, com o cancelamento da sua inscrição e a anulação dos atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

V – DO PROCESSO SELETIVO:

1. O processo de seleção compreenderá 2 (duas) etapas.

1.1. A primeira etapa será de prova escrita, no valor total de 100 (cem) pontos, de caráter eliminatório e classificatório.

1.1.1. A prova será realizada no dia 18/11/2026, às 13h, com duração total de 4 (quatro) horas, por meio da plataforma *Microsoft Teams*.

1.1.2. O Promotor de Justiça, Dr. Pedro Henrique Fagundes Silva, será responsável pela elaboração e correção da prova, assim como pela análise de eventuais recursos.

1.1.3. O conteúdo programático da prova abrangerá os seguintes temas, bem como o uso correto da língua portuguesa:

DIREITO CONSTITUCIONAL
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Conceito, objeto, elementos e classificações. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Dos Princípios Fundamentais: Artigos 1º a 4º da CF/88. Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; nacionalidade; direitos políticos; partidos políticos. Remédios constitucionais (Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção e Ação Popular). Da Organização do Estado: Organização político-administrativa; União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção federal e estadual. Da Administração Pública: Disposições gerais; servidores públicos. Das Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público. Controle de constitucionalidade.

DIREITO PENAL
Princípios constitucionais e gerais do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Teoria geral do crime: conceito, tipicidade, ilicitude e culpabilidade. Dolo e culpa. Erro de tipo e erro de proibição. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Penas: espécies, aplicação e causas de extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral e por particular contra a Administração em geral. Abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019). Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990). Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006). Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). Lei de Tortura (Lei n.º 9.455/1997). Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006).

DIREITO PROCESSUAL PENAL
Princípios constitucionais e gerais do Direito Processual Penal. Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Sistemas processuais penais. Inquérito policial: natureza, finalidade, características, instauração, desenvolvimento e conclusão. Termo circunstanciado de ocorrência. Ação penal: espécies, condições e pressupostos processuais. Ação penal pública e privada. Titularidade e princípios da ação penal pública. Acordo de não persecução penal. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Ministério Público no processo penal. Investigação criminal pelo Ministério Público. Provas: disposições gerais, meios de prova, cadeia

de custódia e provas ilícitas. Prisões cautelares: prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária. Medidas cautelares diversas da prisão. Liberdade provisória. Citações e intimações. Procedimentos comuns e especiais. Procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri. Sentença penal. Nulidades. Recursos em matéria criminal. Habeas corpus. Execução penal: disposições gerais, direitos e deveres do condenado, regimes de cumprimento da pena e progressão de regime. Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/1984).

DIREITO CIVIL
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito de leis no tempo e no espaço. Das Pessoas Naturais: Personalidade e capacidade. Direitos da personalidade. Nome e domicílio. Ausência. Das Pessoas Jurídicas: Classificação, constituição e extinção. Desconsideração da personalidade jurídica. Do Direito de Família: Casamento. Regime de bens. União estável. Filiação. Poder Familiar. Tutela e curatela. Alimentos. Divórcio. Direito das Sucessões: Sucessão legítima e testamentária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL
Normas fundamentais do processo civil. Aplicação das normas processuais no tempo e no espaço. Jurisdição e competência. Ação: conceito, natureza jurídica, condições e classificação. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo: partes, procuradores, juiz, auxiliares da Justiça e Ministério Público. Intervenção do Ministério Público no processo civil: hipóteses, atribuições e prerrogativas. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Atos processuais: forma, tempo, lugar, prazos, comunicação e nulidades. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento comum: petição inicial, improcedência liminar do pedido, audiência de conciliação ou mediação, contestação, reconvenção, revelia, saneamento e organização do processo. Provas: disposições gerais, meios de prova, distribuição do ônus da prova e produção antecipada da prova. Sentença e coisa julgada. Recursos: disposições gerais, apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração e demais espécies recursais. Mandado de segurança.

LEGISLAÇÃO
Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal); Lei n.º 7.347/1985 (Ação Civil Pública); Lei n.º 7.716/1989 (Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor); Lei n.º 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Lei n.º 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos); Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor); Lei n.º 8.137/1990 (Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo); Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); Lei n.º 9.099/1995 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais); Lei n.º 9.455/1997 (Crimes de Tortura); Lei n.º 9.605/1998 (Crimes Ambientais); Lei n.º 9.613/1998 (Lavagem de Dinheiro); Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa); Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento); Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha); Lei n.º 11.343/2006 (Lei de Drogas); Lei n.º 12.016/2009 (Mandado de Segurança); Lei n.º 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção); Lei n.º 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas); Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência); Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

1.1.4. Será permitida ampla consulta.

1.1.5. O candidato deverá comparecer no local previsto para realização da prova com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição.

1.1.6. Não será admitida a entrada, na sala da prova, do candidato que se apresentar após o horário de início.

1.1.7. Durante a realização da prova proceder-se-á à identificação civil dos candidatos, mediante a verificação do documento de identidade.

1.1.8. Será excluído da seleção o candidato que:

a) Recusar-se a ser identificado;
b) Identificar-se na folha de respostas;
c) Retirar-se da sala virtual de aplicação de prova durante a realização da prova;
d) For surpreendido em comunicação com outro candidato ou com pessoa estranha;
e) Desrespeitar os aplicadores da prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos candidatos.

1.2. A segunda etapa, de caráter eliminatório e classificatório, será uma entrevista.

1.2.1. Na etapa de entrevista serão atribuídos 80 (oitenta) pontos, sendo avaliados os seguintes critérios:

a) Raciocínio jurídico: 40 pontos
b) Expressão oral e clareza da comunicação: 10 pontos
c) Conhecimento das atribuições do Ministério Público: 15 pontos
d) Adequação do perfil às atividades da unidade de lotação: 15 pontos

1.2.2. As entrevistas serão realizadas por meio da plataforma *Microsoft Teams* e os candidatos classificados serão comunicados, no e-mail informado no ato da inscrição, acerca do dia e do horário designados

1.2.3. As **Promotorias de Justiça de Manga** serão as responsáveis pelo agendamento e a realização da entrevista.

VI – DA AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO:

1. Será desclassificado o candidato que não alcançar, na prova escrita, o mínimo de 60% (sessenta por cento) da pontuação total atribuída à etapa.

1.1. Avançarão à etapa de entrevista os 15 (quinze) candidatos melhor classificados na primeira etapa.

1.2. Caso os 15 (quinze) candidatos melhor classificados não atendam à convocação para a etapa seguinte, serão sucessivamente chamados os candidatos subsequentes, até que se complete o total de 15 (quinze).

2. Será desclassificado o candidato que não obtiver 50% (cinquenta por cento) da pontuação distribuída na etapa de entrevista

3. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a pontuação obtida.

4. Em qualquer caso de empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando o ano, mês e dia de nascimento.

5. A relação de classificação atenderá à ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, observada a aplicação das cotas, nos termos e critérios previstos neste edital, sendo os candidatos nomeados em estrita observância a essa ordem.

6. O resultado do processo de seleção será publicado no Diário Oficial do MPMG e divulgado no Portal do MPMG.

VII – DOS RECURSOS:

1. O recurso contra quaisquer atos ou resultados do processo seletivo deverá ser interposto, fundamentadamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis subsequentes à publicação no Diário Oficial. O candidato que desejar interpor recurso deve preencher formulário próprio disponibilizado no Portal do MPMG (Formulário de Recursos), disponível em: Estágio e Residência; Área do Candidato; Recursos. Em seguida, enviá-lo, em formato PDF, para o e-mail recursos@mpmg.mp.br.

2. O recurso será encaminhado para apreciação do responsável pela seleção, conforme artigo 20, inciso VII, da Resolução PGJ n. º 48/2021, com cópia para o *e-mail* do candidato.

3. O recurso deverá indicar especificamente os motivos do pedido de reexame, sob pena de indeferimento sem análise do mérito.

4. O recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos ou recursos da classificação definitiva.

6. O não encaminhamento da comunicação nos termos e prazo a estabelecidos nesta seção implicará a não apreciação do recurso.

VIII – DA CONVOCAÇÃO E DA NOMEAÇÃO:

1. O candidato classificado será convocado em observância da ordem de classificação, conforme disposto no capítulo VI deste Edital.

2. A convocação oficial será feita por *e-mail* pela Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos, mediante solicitação realizada pela unidade.

3. Após a convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

a) Aceitar a vaga ofertada;
b) Solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
c) Desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

4. Será considerado desistente o candidato que não responder à convocação no prazo estipulado.

5. Caso o candidato seja convocado para vaga distinta da prevista no Capítulo II, poderá recusá-la, sem prejuízo de sua classificação no cadastro de reserva, desde que manifeste

expressamente a recusa no prazo estipulado na convocação. A ausência de manifestação será considerada desistência da nomeação, nos termos do item 4.

6. É irretratável a desistência do candidato do processo seletivo.

7. Em caso de recusa ou desistência, poderá ser convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

8. A relação de documentos necessários para nomeação, conforme Resolução PGJ nº 48/2021, bem como as diretrizes necessárias para o devido encaminhamento, serão informadas no momento da convocação.

IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

1. Para a solução de quaisquer problemas relacionados à inscrição ou ao envio da autodeclaração, o candidato deverá entrar em contato pelo *e-mail* estagio-inscricao@mpmg.mp.br.

2. Para esclarecimento de dúvidas sobre o processo seletivo e os critérios de classificação, o candidato deverá entrar em contato diretamente com a unidade responsável pelo processo seletivo, por meio do e-mail pjmanga@mpmg.mp.br ou do telefone (38)98423-7261 [com *whatsapp*].

3. O prazo de validade desta seleção pública é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, contado da data da publicação do resultado da seleção.

4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determinam as legislações vigentes de estágio, os atos normativos da Procuradoria-Geral de Justiça do MPMG e este Edital.

5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o MPMG.

6. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretora do Ceaf.

Belo Horizonte, 29 de outubro de 2026.

Cássia Virgínia Serra Teixeira Gontijo
Procuradora de Justiça
Diretora do Ceaf

Pedro Henrique Fagundes Silva
Promotor de Justiça
Responsável pela seleção